

**HABEAS CORPUS Nº 444.757 - RJ (2018/0081465-0)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : HENRIQUE PEREZ ESTEVES  
**ADVOGADO** : HENRIQUE PEREZ ESTEVES - SP235827  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
**PACIENTE** : WALTER PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. REVOGAÇÃO DE PRISÃO CAUTELAR. SUPERVENIENTE SENTENÇA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO.*

*Writ prejudicado.*

**DECISÃO**

Sobreveio a prolação de sentença condenatória em 14/12/2018 contra o ora paciente, tendo-lhe sido negado o direito de recorrer em liberdade.

Assim sendo, a superveniência de novo título que mantém a segregação cautelar torna prejudicado o presente pedido.

Com efeito, o aresto combatido nesta impetração foi proferido no dia 7/3/2018 à luz do primevo decreto prisional, e, *ante a prolação de édito condenatório, que alterou a realidade fática dos autos, esvaziou-se o objeto do pedido aqui formulado, no sentido de não estarem presentes os requisitos exigidos para a imposição da custódia cautelar* (AgRg no HC n. 413.143/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 19/9/2017).

*Considerando que a sentença superveniente inaugura nova realidade processual, resta impedido o exame da questão invocada nesta Corte, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância, sendo prescindível a utilização de fundamentos diversos para a aplicação da prejudicialidade ao objeto do habeas corpus* (AgRg no RHC n. 73.759/BA, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 7/11/2016).

Afinal, na ocasião da prolação de sentença condenatória, *em que se reconheceu, ainda que em decisão sujeita a recurso, mas em cognição exauriente, a culpa do paciente, [...] a adequação da medida cautelar imposta foi reexaminada à luz de um espectro fático-processual de maior amplitude e profundidade. Assim, o estado de*

*liberdade, atualmente, é alvo de ato jurisdicional superveniente, autônomo, de requisitos específicos e que desafia impugnação própria.* (STF: HC n. 138.238/PR, Ministro Edson Fachin, DJe 22/2/2017).

De mais a mais, o anterior título judicial não revelava nenhuma ilegalidade aparente, uma vez que apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada pela referência ao *modus operandi* adotado na prática criminosa, à necessidade de se dismantelar organização criminosa voltada para o tráfico internacional de expressiva quantidade de drogas e ao papel do paciente naquela estrutura.

Pelo exposto, a teor do disposto no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator